

# Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias em  
31 de dezembro de 2021

# Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	5
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	13

## Relatório da administração

### 1. Mensagem da administração

---

A administração da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações contábeis regulatórias referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

### 2. A Companhia

---

A Companhia, sociedade anônima aberta devido a emissão de debêntures listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 9 de outubro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção da linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação Tijuco Preto e término na subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo.

O Contrato foi assinado no dia 20 de dezembro de 2002 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de dezembro de 2032. A Companhia entrou em operação comercial em dezembro de 2004.

### 3. Principais acontecimentos no exercício

---

#### (a) 2ª emissão de debêntures

No dia 15 de julho de 2021, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 250.000 que são destinadas à realização de investimentos, refinanciamentos e distribuição de recursos à acionista, bem como para capital de giro da Companhia. A liquidação da emissão ocorreu em 21 de julho de 2021.

Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, acrescida de spread de 1,70% ao ano.

Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2022 e o último na data de vencimento em 15 de julho de 2031.

**(b) Receita Anual Permitida (RAP)**

A Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, estabeleceu a RAP da Cachoeira Paulista para o ciclo 2021-2022 em R\$ 70.415 (R\$ 51.383 para o ciclo 2020-2021) um aumento aproximado de 37,7%, em comparação com o ciclo anterior, decorrente do reajuste da inflação (IGP-M).

Para os próximos 5 (cinco) anos está prevista uma RAP de R\$ 70.415 mil, por ano e sem inflação.

**(c) Disponibilidade da linha de transmissão**

A disponibilidade da linha de transmissão no período findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de 100%.

**(d) Pagamento de dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos**

Entre julho e agosto de 2021 foram pagos R\$ 19.303 mil a título de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 70.740 mil a título de dividendos adicionais propostos para a Celeo Redes Expansões S.A.

**(e) Redução de capital**

Em setembro de 2021 o capital da Companhia foi reduzido em R\$56.281 mil, passando a apresentar o valor total de R\$20.000.

## **4. Governança corporativa**

---

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

**(a) Diretoria**

A Companhia é administrada por 3 (três) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelos acionistas. Compete aos diretores, entre outros, a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, bem como praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Companhia.

## **5. Declaração da Diretoria**

---

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## **6. Relacionamento com os auditores independentes**

---

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a KPMG Auditores Independentes prestou somente serviços de auditoria externa para a Companhia para o período findo em 31 de dezembro de 2021.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da

**Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de fevereiro de 2022.

## Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa  
Contador CRC RJ-100983/O-7

**Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.**  
**CNPJ: 05.336.882/0001-84**

**Balanços patrimoniais**  
**Em 31 de dezembro**

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	9	278	6.928
Títulos e valores mobiliários	10 (i)	105.655	32.554
Concessionárias e permissionárias	11	7.217	5.277
Impostos e contribuições a recuperar		948	1.030
Outros ativos		3.649	6.317
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>117.747</b>	<b>52.106</b>
Títulos e valores mobiliários	10 (ii)	16.516	21.527
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>16.516</b>	<b>21.527</b>
Imobilizado	12	113.078	117.530
Intangível	13	1.696	2.166
<b>Total do imobilizado + intangível</b>		<b>114.774</b>	<b>119.696</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>131.290</b>	<b>141.223</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>249.037</b>	<b>193.329</b>
Fornecedores		819	1.024
Debêntures	14	22.191	22.397
Impostos e contribuições a recolher	15	1.471	1.151
Dividendos a pagar	17(c)	14.785	19.302
Encargos setoriais		788	1.218
Outros passivos		230	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>40.284</b>	<b>45.092</b>
Debêntures	14	231.680	56.000
Outros passivos		2.022	349
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>233.702</b>	<b>56.349</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>273.986</b>	<b>101.441</b>
Capital social	17 (a)	20.000	76.281
Reserva de lucros	17 (b)	(10.626)	45.327
Prejuízos acumulados	17 (d)	(34.322)	(29.720)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(24.948)</b>	<b>91.888</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>249.037</b>	<b>193.329</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.



**Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.**  
**CNPJ: 05.336.882/0001-84**

**Demonstrações do resultado**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>19</b>	<b>56.635</b>	<b>55.304</b>
Material		(56)	(1)
Serviços de terceiros	20 (a)	(3.857)	(3.442)
Depreciação		(6.096)	(5.704)
Outros		(860)	(224)
<b>Custos operacionais</b>		<b>(10.869)</b>	<b>(9.372)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>45.766</b>	<b>45.932</b>
Pessoal		(10)	-
Serviços de terceiros	20 (b)	(1.017)	(467)
Outros		(210)	(120)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(1.237)</b>	<b>(587)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>44.528</b>	<b>45.344</b>
Receitas financeiras		4.208	1.305
Despesas financeiras		(20.929)	(11.186)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>21</b>	<b>(16.721)</b>	<b>(9.881)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>27.807</b>	<b>35.463</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.840)	(2.208)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>22</b>	<b>(2.840)</b>	<b>(2.208)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>24.968</b>	<b>33.255</b>
<b>Resultado por ação</b>			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)		1,25	0,44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.**  
**CNPJ: 05.336.882/0001-84**

**Demonstrações do resultado abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**

*(em milhares de Reais)*

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	24.968	33.255
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>	<b>24.968</b>	<b>33.255</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

**Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.**  
**CNPJ: 05.336.882/0001-84**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**

(em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	Reservas de lucros				Lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
			Legal	Dividendo retido	Dividendo adicional	Retenção de lucros			
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>76.281</b>	<b>14.298</b>	<b>1.161</b>	<b>9.608</b>	-	-	<b>(23.413)</b>	<b>77.935</b>
Transferência para retenção de lucros	17 (b)	-	-	-	(9.608)	9.608	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	33.255	33.255
Reserva legal	17 (b)	-	958	-	-	-	-	(958)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	-	-	(19.302)	(19.302)
Retenção de lucros	17 (b)	-	-	-	19.302	-	-	(19.302)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>76.281</b>	<b>15.256</b>	<b>1.161</b>	<b>19.302</b>	<b>9.608</b>	-	<b>(29.720)</b>	<b>91.888</b>
Redução de capital social	17 (a)	(56.281)	-	-	-	-	-	-	(56.281)
Pagamento de dividendos	17 (c)	-	-	(1.161)	(19.302)	(9.608)	(40.667)	-	(70.738)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	24.968	24.968
Dividendos mínimos obrigatórios	17 (c)	-	-	-	-	-	-	(14.785)	(14.785)
Dividendos adicionais propostos	17 (b)	-	-	-	14.785	-	-	(14.785)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>20.000</b>	<b>15.256</b>	<b>-</b>	<b>14.785</b>	<b>-</b>	<b>(40.667)</b>	<b>(34.322)</b>	<b>(24.948)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A.

### CNPJ: 05.336.882/0001-84

## Demonstrações dos fluxos de caixa

### Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		24.968	33.255
Ajustes para:			
- Juros e correção monetária sobre debêntures e financiamento		15.509	10.552
- Depreciação	12	6.096	5.704
		<b>46.574</b>	<b>49.511</b>
Variações em:			
- Títulos e valores mobiliários		(73.100)	(10.317)
- Concessionárias e permissionárias		(1.940)	1.892
- Impostos e contribuições a recuperar		82	91
- Outros ativos		2.668	(4.218)
- Fornecedores		(205)	617
- Impostos e contribuições a recolher		2.298	1.625
- Encargos setoriais		(430)	(302)
- Outros passivos		1.903	-
<b>Caixa (utilizado) gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>(22.151)</b>	<b>38.899</b>
Impostos pagos sobre a receita		(1.978)	(2.329)
Debêntures - pagamento de juros 1ª emissão	14	(2.881)	(6.413)
<b>Caixa líquido (utilizado nas) gerado das atividades operacionais</b>		<b>(27.010)</b>	<b>30.157</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Títulos e valores mobiliários		5.011	(396)
Imobilizado e intangível		(1.175)	25
<b>Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento</b>		<b>3.836</b>	<b>(371)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Redução de capital social	17	(56.281)	-
Debêntures - captação	14	250.000	-
Debêntures - custo de transação	14	(5.486)	-
Debêntures - pagamento de principal	14	(12.506)	(13.304)
Debêntures - resgate antecipado 1ª emissão	14	(64.520)	-
Debêntures - prêmio antecipado 1ª emissão	14	(4.643)	-
Pagamento de dividendos		(90.040)	(9.609)
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento</b>		<b>16.524</b>	<b>(22.913)</b>
<b>(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(6.650)</b>	<b>6.873</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		6.928	55
<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>	<b>9</b>	<b>278</b>	<b>6.928</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
<b>Base de preparação</b>		
1.	Contexto operacional	14
2.	Setor elétrico no Brasil	15
3.	Base de preparação	15
4.	Moeda funcional e moeda de apresentação	16
5.	Uso de estimativas e julgamentos	16
<b>Políticas contábeis</b>		
6.	Base de mensuração	16
7.	Principais políticas contábeis	17
8.	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	20
<b>Ativos</b>		
9.	Caixa e equivalentes de caixa	21
10.	Títulos e valores mobiliários	22
11.	Concessionárias e permissionárias	22
12.	Imobilizado	23
13.	Intangível	26
<b>Passivos e Patrimônio Líquido</b>		
14.	Debêntures	26
15.	Impostos e contribuições a recolher	29
16.	Provisão e passivos contingentes	29
17.	Patrimônio líquido	30
<b>Desempenho do ano</b>		
18.	Lucro básico e diluído por ação	32
19.	Receita operacional líquida	32
20.	Serviços de terceiros	33
21.	Resultado financeiro	33
<b>Tributos sobre o lucro</b>		
22.	Imposto de renda e contribuição social	34
<b>Outras informações</b>		
23.	Transações com partes relacionadas	34
24.	Gestão de riscos financeiros	34
25.	Cobertura de seguros	37
26.	Coronavírus (COVID-19)	37
27.	Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário	38
28.	Evento subsequente	42

## 1 Contexto operacional

---

A Cachoeira Paulista Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta devido a emissão de debêntures listadas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), foi constituída em 25 de setembro de 2002 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

Em 26 de dezembro de 2018, após aprovação da transação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorreu alteração no controle acionário da Companhia. O acionista majoritário que era a Isolux Energia e Participações S.A. ("Isolux") passou a ser a Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo Redes").

Em 31 de dezembro de 2021 a Celeo Redes possui 100% de participação na Companhia.

Em fevereiro de 2021 a Celeo Redes transferiu 100% das ações da Companhia, por meio de aumento de capital para a Celeo Redes Expansões S.A. ("Celeo Expansões").

Em 31 de dezembro de 2021 a Celeo Expansões possui 100% de participação na Companhia.

### 1.1 Contrato de concessão

O contrato de concessão nº 84/2002 ("Contrato") tem como objetivo a construção, operação e manutenção da linha de transmissão 500 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 181 km, com origem na subestação Tijuco Preto e término na subestação Cachoeira Paulista, ambas no Estado de São Paulo.

O Contrato foi assinado no dia 20 de dezembro de 2002 e tem vigência de 30 anos, com o seu vencimento no dia 20 de dezembro de 2032. A Companhia entrou em operação comercial em dezembro de 2004.

A partir de julho de 2019 (16º ano de operação comercial) a Companhia receberá 50% da receita anual permitida do 15º ano, estendendo-se até o término do prazo da concessão.

### 1.2 Receita Anual Permitida

A Resolução Homologatória nº 2.895, de 13 de julho de 2021, estabeleceu a RAP da Cachoeira Paulista para o ciclo 2021-2022 em R\$ 70.415 (R\$ 51.383 para o ciclo 2020-2021) um aumento aproximado de 37,7%, em comparação com o ciclo anterior, decorrente do reajuste da inflação (IGP-M).

### 1.3 Revisão da Receita Anual Permitida

A ANEEL procede a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2017-2018.

## 2 **Setor elétrico no Brasil**

---

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes da RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”), pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. A ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

## 3 **Base de preparação**

---

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e conforme as políticas contábeis estabelecidas nas principais políticas contábeis (nota explicativa 7).

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 02 de maio de 2022.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

#### **4 Moeda funcional e moeda de apresentação**

---

Estas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **5 Uso de estimativas e julgamentos**

---

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, a Administração utilizou estimativas e julgamentos que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (nota explicativa 16). As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### **6 Base de mensuração**

---

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.



## 7 Principais políticas contábeis

---

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias, salvo indicado ao contrário.

### 7.1 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis, passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros:

#### Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia deixa de reconhecer um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### (a) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

##### i. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e suas mudanças, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

##### ii. Empréstimos e recebíveis

São mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

**(b) Passivos financeiros não derivativos - mensuração**

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e suas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

## **7.2 Imobilizado**

**(a) Imobilizado em serviço**

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

**(b) Imobilizado em curso**

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

### **7.3 Intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

### **7.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração da Companhia.

### **7.5 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

**(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

## **7.6 Provisões**

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

## **7.7 Receitas e despesas financeiras**

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

## **8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias.

**(a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)**

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31 de dezembro de 2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor.

**(b) Manual de Contabilidade do Setor Elétrico**

Por meio da Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 a Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 foi revogada, sofrendo atualizações nas práticas e orientações contábeis necessárias para o adequado registro contábil das operações e a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis regulatórias. Essa nova resolução entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2022.

**(c) Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia: (i) Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06); (ii) Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); (iii) Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); (iv) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); (v) IFRS 17 Contratos de Seguros; (vi) Definição de estimativa contábil ( Alterações CPC 23); (vii) Divulgação de políticas contábeis (Alterações CPC 26); e (viii) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações CPC 32).

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações contábeis regulatórias não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações contábeis regulatórias apenas para fins ilustrativos.

## 9 Caixa e equivalentes de caixa

		2021	2020
Caixa e bancos		278	39
Operações compromissadas	(a)	-	1.000
CDB	(b)	-	5.853
Outras		-	36
		<b>278</b>	<b>6.928</b>

- (a) A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia realizou o resgate total da aplicação para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

- (b) A Companhia estruturou seus recursos por meio de operações compromissadas atrelados ao Depósito Interbancário (DI) do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 56% do DI com vencimento em janeiro de 2022. A redução da aplicação ocorreu em função da necessidade da Companhia cumprir com suas obrigações de curto prazo.

## 10 Títulos e valores mobiliários

### i. Circulante

A Companhia estruturou seus recursos por meio de Certificado de Depósito Bancário (CDB) atrelado ao DI do Banco Santander. A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 100,34% (98% em 2020) do DI com vencimento entre julho e outubro de 2024.

### ii. Não circulante

Para fins de garantia da operação da 2ª emissão de debêntures, a Companhia precisa manter durante todo o período de amortização da operação, recursos nas contas denominadas (i) "conta reserva de amortização", o montante equivalente ao necessário para o pagamento dos próximos 3 (três) meses do serviço da dívida; (ii) "conta reserva de operação e manutenção", o montante equivalente ao custo operacional da Companhia relativo a um período de 3 (três) meses, estimado com base nos gastos com o custo operacional durante os 3 (três) meses antecedentes; e (iii) "conta de complementação de ICSD" no caso de não atingimento do índice estipulado na escritura dessas debêntures. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, todas as contas estão preenchidas conforme estipulado na escritura dessas debêntures.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Santander. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 2021 foi de 5% (2,22% em 2020).

## 11 Concessionárias e permissionárias

	2021	2020
A vencer	6.272	4.697
Até 3 meses	-	3
De 3 a 12 meses	14	16
Acima de 12 meses	931	561
	<b>7.217</b>	<b>5.277</b>

## 12 Imobilizado

	Valor Bruto 31/12/2020	Adições	Baixas	Valor Bruto 31/12/2021	Adições Líquidas	Depreciação acumulada	Valor líquido 31/12/2021	Valor líquido 31/12/2020
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>								
<b>Transmissão</b>								
Maquinas e equipamentos	196.993	-	(354)	196.639	(354)	(92.638)	104.001	109.594
Edificações, obras civis e benfeitoria	1.246	-	-	1.246	-	(609)	637	671
Móveis e utensílios	10	-	-	10	-	(4)	6	6
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	9	-	-	9	-	-	9	9
<b>Subtotal</b>	<b>198.258</b>	<b>-</b>	<b>(354)</b>	<b>197.904</b>	<b>(354)</b>	<b>(93.250)</b>	<b>104.654</b>	<b>110.281</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>								
<b>Transmissão</b>								
Maquinas e equipamentos	1.778	602	(8)	2.373	594	-	2.373	1.778
Veículos	-	191	-	191	191	-	191	-
Materiais em depósito	3.424	-	-	3.424	-	-	3.424	3.424
Outros	2.047	391	-	2.438	391	-	2.438	2.047
<b>Subtotal</b>	<b>7.249</b>	<b>1.183</b>	<b>(8)</b>	<b>8.425</b>	<b>1.176</b>	<b>-</b>	<b>8.425</b>	<b>7.249</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>205.507</b>	<b>1.183</b>	<b>(362)</b>	<b>206.328</b>	<b>822</b>	<b>(93.250)</b>	<b>113.078</b>	<b>117.530</b>

	Valor Bruto 31/12/2019	Adições	Baixas	Valor Bruto 31/12/2020	Adições Líquidas	Depreciação acumulada	Valor Líquido 31/12/2020	Valor Líquido 31/12/2019
<b>Ativo Imobilizado em Serviço</b>								
<b>Transmissão</b>								
Maquinas e equipamentos	196.993	-	-	196.993	-	(87.399)	109.594	115.298
Edificações, obras civis e benfeitoria	1.246	-	-	1.246	-	(575)	671	706
Móveis e utensílios	10	-	-	10	-	(4)	6	6
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Administração</b>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	9	-	-	9	-	-	9	-
<b>Subtotal</b>	<b>198.258</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>198.258</b>	<b>-</b>	<b>(87.977)</b>	<b>110.281</b>	<b>116.010</b>
<b>Ativo Imobilizado em Curso</b>								
<b>Transmissão</b>								
Maquinas e equipamentos	1.778	-	-	1.778	-	-	1.778	1.778
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-
Materiais em depósito	3.424	-	-	3.424	-	-	3.424	3.424
Outros	2.047	-	-	2.047	-	-	2.047	2.047
<b>Subtotal</b>	<b>7.249</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.249</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.249</b>	<b>7.249</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>205.507</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>205.507</b>	<b>-</b>	<b>(87.977)</b>	<b>117.530</b>	<b>123.259</b>



	2021				2020
	Taxas anuais médias de depreciação	Bruto	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
<b>Transmissão</b>					
Custo histórico	47%	197.895	(93.250)	104.645	110.272
<b>Administração</b>					
Custo histórico	0%	9	-	9	9
		<b>197.904</b>	<b>(93.250)</b>	<b>104.654</b>	<b>110.281</b>
<b>Em curso</b>					
Custo histórico	0%	8.425	-	8.425	7.249
		<b>8.425</b>	<b>-</b>	<b>8.425</b>	<b>7.249</b>

Adições do ativo imobilizado em curso	Máquinas e equipamentos	Edificações, obras civis e benfeitorias	Veículos	A ratear	Total
Material/Equipamento	630	10	191	-	862
Mão de obra própria	-	-	-	321	321
	<b>630</b>	<b>10</b>	<b>191</b>	<b>321</b>	<b>1.183</b>

As principais taxas de anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

	(%)
<b>Transmissão</b>	
Banco de Capacitores	5,0
Barramento	2,5
Condutor	2,7
Disjuntor	3,0
Estrutura (Poste, Torre)	2,7
Transformador	3,3
<b>Administração central</b>	
Equipamento Geral	8,5

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26.02.1957, os bens e instalações utilizados na transmissão de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos.

## 13 Intangível

	Valor Bruto 31/12/2020	Baixas	Valor Bruto 31/12/2021	Valor Líquido 31/12/2021	Valor Líquido 31/12/2020
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>					
<b>Transmissão</b>					
Servidões	1.689	(470)	1.219	1.219	1.689
<b>Total</b>	<b>1.689</b>	<b>(470)</b>	<b>1.219</b>	<b>1.219</b>	<b>1.689</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>					
<b>Transmissão</b>					
Servidões	477	-	477	477	477
<b>Total</b>	<b>477</b>	<b>-</b>	<b>477</b>	<b>477</b>	<b>477</b>
<b>Total</b>	<b>2.166</b>	<b>-</b>	<b>1.696</b>	<b>1.696</b>	<b>2.166</b>

	Valor Bruto 31/12/2019	Baixas	Valor Bruto 31/12/2020	Valor Líquido 31/12/2020	Valor Líquido 31/12/2019
<b>Ativo Intangível em Serviço</b>					
<b>Transmissão</b>					
Servidões	1.689	-	1.689	1.689	1.689
<b>Total</b>	<b>1.689</b>	<b>-</b>	<b>1.689</b>	<b>1.689</b>	<b>1.689</b>
<b>Ativo Intangível em Curso</b>					
<b>Transmissão</b>					
Servidões	477	-	477	477	477
<b>Total</b>	<b>477</b>	<b>-</b>	<b>477</b>	<b>477</b>	<b>477</b>
<b>Total</b>	<b>2.166</b>	<b>-</b>	<b>2.166</b>	<b>2.166</b>	<b>2.166</b>

## 14 Debêntures

Debêntures	(a)	80.049	89.779
Custo de transação	(b)	(1.652)	(2.217)
<b>Em 31 de dezembro de 2020 e 2019</b>		<b>78.397</b>	<b>87.562</b>
Captação debêntures	(d)	250.000	-
Custo de transação	(e)	(5.486)	-
Juros		13.540	9.986
Amortização - principal		(12.506)	(13.304)
Amortização - juros		(2.881)	(6.413)
Prêmio antecipado 1ª emissão	(c)	(4.643)	-
Resgate antecipado 1ª emissão		(64.520)	-
Amortização - custo de transação	(b)	1.970	565
Debêntures		259.039	80.049
Custo de transação		(5.168)	(1.652)
<b>Em 31 de dezembro de 2021 e 2020</b>		<b>253.871</b>	<b>78.397</b>

- (a) No dia 11 de novembro de 2011, a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 220.000 e foram destinados à: (i) liquidação integral do saldo devedor com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); (ii) pagamento de dividendos e lucros acumulados; (iii) constituição das contas de garantia; e (iv) contrato de empréstimo com a antiga controladora.

Sobre o saldo principal da dívida incidem juros de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) + 7,8% ao ano. Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos trimestralmente. O primeiro pagamento foi realizado no dia 11 de fevereiro de 2012 e o último foi realizado 12 de maio de 2021 por meio do resgate antecipado da totalidade das debêntures.

- (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção da 1ª emissão das debêntures. Devido ao resgate antecipado da totalidade das debêntures, todo saldo de custo de transação foi apropriado em 2021.
- (c) A Companhia realizou em 12 de maio de 2021 o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures. Portanto houve a necessidade do pagamento de um prêmio aos debenturistas.
- (d) No dia 15 de julho de 2021, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 250.000 que são destinadas à realização de investimentos, refinanciamentos e distribuição de recursos à acionista, bem como para capital de giro da Companhia. A liquidação da emissão ocorreu em 21 de julho de 2021.

Sobre o saldo devedor incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, acrescida de spread de 1,70% ao ano.

Os juros remuneratórios e a amortização do principal são pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro e julho de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de janeiro de 2022 e o último na data de vencimento em 15 de julho de 2031.

- (e) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção da 2ª emissão das debêntures.

A segregação entre circulante e não circulante está detalhada abaixo:

	2021	2020
Circulante	22.191	22.397
Não circulante	231.680	56.000
	<b>253.871</b>	<b>78.397</b>

O vencimento das parcelas reconhecidas no não circulante está detalhado abaixo:

	2021
Em 2023	16.899
Em 2024	18.691
Em 2025	20.448
A partir de 2026	175.642
	<b>231.680</b>

As debêntures possuem cláusulas restritivas não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As principais cláusulas de vencimento antecipado estão descritas a seguir: (a) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura; (b) Liquidação, dissolução ou extinção da Companhia; (c) Pedido de recuperação judicial, decretação de falência ou autofalência da Companhia, assim como apresentação, pela Companhia, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores; (d) Transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para qualquer outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (e) Extinção definitiva ou transferência (total ou parcial) da Concessão ou encampação, caducidade, rescisão, anulação ou intervenção, pelo Poder Concedente, da Concessão; (f) Vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Companhia com terceiros, em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000 (dez milhões de reais); (g) Invalidez, nulidade, inexecutabilidade, rescisão ou ineficácia total desta Escritura de Emissão e/ou contratos de garantia; (h) Protesto de títulos de responsabilidade da Companhia, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a 14.000 (catorze milhões de reais), cuja devida comprovação não for apresentada ao agente fiduciário; (i) Não observância, pela Companhia, por mais de 2 (duas) vezes consecutivas e/ou por mais de 4 (quatro) vezes intercaladas, do ICSD, que deverá ser igual ou superior a 1,20x (um inteiro e vinte centésimos), a ser apurado pela Companhia anualmente.

Abaixo está demonstrado o cálculo do ICSD.

	2021
<b>(C) Índice de cobertura do serviço da dívida (A) / (B)</b>	<b>3,07</b>
(A) Geração de caixa da atividade	47.202
(B) Serviço da dívida	15.387
<b>(A) Geração de caixa da atividade</b>	<b>47.202</b>
(+) LAJIDA (EBITDA)	49.080
(-) Pagamento de imposto de renda	(1.111)
(-) Pagamento de contribuição social	(767)
<b>(B) Serviço da dívida</b>	<b>15.387</b>
(+) Amortização de principal	12.506
(+) Pagamento de juros	2.881
<b>EBITIDA</b>	<b>49.080</b>
(+/-) Lucro/prejuízo antes do imposto de renda	32.359
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	16.721
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(44.527)
(-) Receita para a cobertura dos gastos com operação e manutenção	(15.905)
(+) RAP no exercício	60.432

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas estabelecidas na escritura das debêntures.

## 15 Impostos e contribuições a recolher

	2021	2020
Imposto de renda	-	305
Contribuição social	415	139
Outros	1.056	707
	<b>1.471</b>	<b>1.151</b>

## 16 Provisão e passivos contingentes

### (a) Cível

A Companhia possui ação anulatória de ato administrativo cumulada com repetição de indébito proposta pela Tractebel Energia S.A., contra a ANEEL, o ONS, bem como contra todas as concessionárias de transmissão de energia elétrica integrantes do SIN, dentre elas a Companhia. O objetivo é a declaração de nulidade do artigo 4º da resolução nº 117/04 da aneel que inseriu novo reajuste do valor do tust (tarifa de utilização do sistema de transmissão) pago pelas empresas geradoras de energia que entrassem em operação a partir de 01/07/2005, além da condenação das concessionárias corréis, na devolução da diferença do valor que lhes teria sido pago indevidamente. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor em risco é de R\$ 136 e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável.

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor em risco é de R\$ 611 e foi avaliada pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

**(b) Fundiário**

A Companhia ajuizou ação de constituição de servidão administrativa, com pedido liminar para imissão na posse, para passagem de linha de transmissão na propriedade dos réus. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor em risco é de R\$ 280 e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda provável.

**(c) Tributário**

A Companhia possui pedidos de compensações de débitos tributários que não foram homologadas pela Receita Federal do Brasil (RFB). A Companhia entende que possui o direito de utilizar esses créditos e entrou com processos contra a RFB. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o valor em risco é de R\$ 5.323, respectivamente e foi avaliado pela administração e suportada pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

## **17 Patrimônio líquido**

---

**(a) Capital social**

Em fevereiro de 2021 a Celeo Redes transferiu 100% das ações da Companhia, por meio de aumento de capital para a Celeo Expansões. Em 31 de dezembro de 2021 todas as ações são detidas pela Celeo Expansões.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 14 de julho de 2021, ocorreu a redução de capital social no montante de R\$ 56.281.

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 20.000 e R\$ 76.281, respectivamente, dividido em 20.000.000 e 76.281.111 ações ordinárias e nominativas, de valor nominal a R\$1,00 cada.

**(b) Reserva de lucros**

**i. Reserva legal**

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, com conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu o valor de R\$ 958 (2,4% do lucro líquido do exercício), ficando a reserva legal representando 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não constituiu reserva legal.

**ii. Dividendo retido e dividendo adicional proposto**

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2020 o valor destinado como dividendo adicional proposto foi de R\$ 19.302.

Os acionistas por meio da assembléia geral ordinária realizada em 26 de abril de 2021 aprovaram os dividendos adicionais propostos constituídos em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$ 19.302.

Conforme assembleia geral extraordinária realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 1.161 de dividendo retido

Conforme reunião do conselho de administração realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 19.302 de dividendo adicional proposto.

Em 23 de julho de 2021 pagou o montante de R\$ 19.302 de dividendo adicional proposto para a sua acionista e em 10 de agosto de 2021 a Companhia pagou o montante de R\$ 1.161 de dividendo retido.

Em 31 de dezembro de 2020 o valor destinado como dividendo adicional proposto foi de R\$ 14.785.

### **iii. Retenção de lucros**

Conforme assembleia geral ordinária realizada no dia 6 de abril de 2020, os acionistas destinaram o dividendo adicional proposta para a reserva de retenção de lucros o valor de R\$ 9.608.

Conforme assembleia geral extraordinária realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento no montante de R\$ 9.608 de dividendo.

Em 10 de agosto de 2021 a Companhia pagou o montante de R\$ 9.608 de dividendo para a sua acionista.

### **iv. Reserva de lucros a realizar**

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47.

Conforme assembleia geral extraordinária realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento no montante de R\$ 40.667 de dividendo.

Em 10 de agosto de 2021 a Companhia pagou o montante de R\$ 40.667 de dividendo para a sua acionista.

### **(c) Dividendo mínimo obrigatório**

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76.

No período findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia pagou dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$ 4.805.

Conforme reunião do conselho de administração realizada no dia 23 de julho de 2021 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 19.302 de dividendos mínimos obrigatórios.

Em 23 de julho de 2021 pagou o montante de R\$ 19.302 de dividendos mínimos obrigatórios para a sua acionista.

Em 31 de dezembro 2021 a Companhia constituiu R\$ 14.785 de dividendos mínimos obrigatórios para a sua acionista.

**(d) Prejuízos acumulados**

O saldo apresentado nessa conta refere-se à diferença entre o resultado acumulado nas demonstrações financeiras societárias e o saldo acumulado nas demonstrações contábeis regulatórias.

## 18 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	2021	2020
Lucro líquido do período	29.569	33.255
Média ponderada das ações emitidas	20.000	76.281
	<b>1,48</b>	<b>0,44</b>

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

## 19 Receita operacional líquida

	2021	2020
Disponibilização do sistema de transmissão	61.254	59.663
<b>Receita bruta</b>	<b>61.254</b>	<b>59.663</b>
PIS e COFINS correntes	(2.280)	(2.120)
Encargos setoriais	(2.339)	(2.239)
<b>Deduções da receita</b>	<b>(4.619)</b>	<b>(4.359)</b>
	<b>56.635</b>	<b>55.304</b>



## 20 Serviços de terceiros

### (a) Custos operacionais

		2021	2020
Serviço de operação e manutenção	(i)	(3.353)	(3.181)
Contrato de compartilhamento de instalação		(260)	(196)
Diversos		(244)	(65)
		<b>(3.857)</b>	<b>(3.442)</b>

(i) Refere-se ao custo de prestação de serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão.

### (b) Despesas operacionais

		2021	2020
Consultorias		(628)	(302)
Diversos		(389)	(165)
		<b>(1.017)</b>	<b>(467)</b>

## 21 Resultado financeiro

	2021	2020
Rendimento de aplicação financeira	4.149	1.253
Outras receitas	59	52
<b>Receitas financeiras</b>	<b>4.208</b>	<b>1.305</b>
Juros - debêntures	(13.540)	(9.986)
Custo de transação - debêntures	(1.971)	(565)
Prêmio antecipação - debêntures	(4.643)	-
Outras despesas	(775)	(635)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(20.929)</b>	<b>(11.186)</b>
	<b>(16.721)</b>	<b>(9.881)</b>

## 22 Imposto de renda e contribuição social

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Remuneração do ativo	44.626	44.626	42.691	42.691
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo da receita	3.570	5.355	3.415	5.123
Receita de O&M	15.905	15.905	14.926	14.926
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo da receita de O&M	1.272	1.909	1.194	1.791
Receitas financeiras	4.208	4.208	1.188	1.188
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
<b>Imposto corrente</b>	<b>(1.808)</b>	<b>(1.032)</b>	<b>(1.479)</b>	<b>(729)</b>

## 23 Transações com partes relacionadas

### (a) Transações comerciais

	Passivo		Despesa	
	2021	2020	2021	2020
Celeo	45	2	122	-
	<b>45</b>	<b>2</b>	<b>122</b>	<b>-</b>

### (b) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo Redes Brasil S.A. e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo Celeo Redes.

## 24 Gestão de riscos financeiros

### (a) Considerações gerais e políticas

A Companhia administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como (i) os riscos de capital, de mercado (ii), de crédito (iii) e de liquidez (iv). A Companhia não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

**i. Gestão de risco de capital**

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura de com o objetivo de reduzir o seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

**ii. Gestão de risco de mercado**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o financiamento da Companhia possui taxas pré-fixadas.

**iii. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

**iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais**

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória, o que inclui ainda a possibilidade de interrupção do fornecimento.

**iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras**

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

A Companhia realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto.

#### iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito da Companhia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

#### (b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A Companhia efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Na realização do teste, a Companhia assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável\* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(15.577)	(11.683)	(7.788)
Debêntures	Aumento do IPCA	14.554	10.916	7.277

\* fonte: série de estatísticas consolidadas publicadas em 31 de dezembro de 2021 no site do Banco Central ([www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)). O CDI e o IPCA para o cenário provável (12,75% e 5,73%) foi considerado da Mediana - TOP 5 média prazo para o ano de 2021.

#### (c) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

## 25 Cobertura de seguros

---

A Companhia possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. A Companhia possui cobertura de seguros de responsabilidade civil e riscos operacionais contra incêndios e riscos diversos para os bens atrelados ao contrato de concessão, exceto para as torres das linhas de transmissão. As coberturas de seguros para as torres que estão compreendidas nas apólices, não refletem os riscos efetivos que possam ocorrer e os prêmios cobrados no mercado pelas seguradoras são elevados.

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 23.193 para danos materiais e R\$ 10.000 para responsabilidade civil com vigências de 30 de junho de 2021 a 30 de junho de 2023.

## 26 Coronavírus (COVID-19)

---

### i. Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia e desde então vem reforçando a necessidade da adoção de medidas restritivas como um dos pilares de combate à pandemia, principalmente no que diz respeito ao distanciamento social. No Brasil, assim como em outros países do mundo, a pandemia provocou o fechamento de empresas em todos os segmentos, afetou os processos de produção, interrompeu as cadeias de suprimentos e também grande redução do consumo, resultando em um impacto econômico significativo.

### ii. Impactos nas demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores. Até o momento não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID-19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia.

## **27 Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado regulatório e societário**

---

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº605, de 11 de março de 2014 e revogada pela Resolução Normativa nº 933, de 18 de maio de 2021 que entrou em vigo a partir de 01 de janeiro de 2022. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

(a) Balanço patrimonial

	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Caixa e equivalentes de caixa		278	-	278	6.928	-	6.928
Títulos e valores mobiliários		105.655	-	105.655	32.554	-	32.554
Concessionárias e permissionárias		7.217	-	7.217	5.277	-	5.277
Ativo de contrato	i	-	34.135	34.135	-	32.918	32.918
Impostos e contribuições a recuperar		948	-	948	1.030	-	1.030
Outros ativos		3.649	-	3.649	6.317	-	6.317
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>117.747</b>	<b>34.135</b>	<b>151.883</b>	<b>52.106</b>	<b>32.918</b>	<b>85.024</b>
Títulos e valores mobiliários		16.516	-	16.516	21.527	-	21.527
Ativo de contrato	i	-	186.103	186.103	-	187.788	187.788
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>16.516</b>	<b>186.103</b>	<b>202.619</b>	<b>21.527</b>	<b>187.788</b>	<b>209.315</b>
Imobilizado	ii	113.078	(111.860)	1.218	117.530	(116.310)	1.220
Intangível	ii	1.696	(1.696)	-	2.166	(2.166)	-
<b>Total do imobilizado + intangível</b>		<b>114.774</b>	<b>(113.557)</b>	<b>1.218</b>	<b>119.696</b>	<b>(118.476)</b>	<b>1.220</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>131.290</b>	<b>72.547</b>	<b>203.836</b>	<b>141.223</b>	<b>69.312</b>	<b>210.535</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>249.037</b>	<b>106.682</b>	<b>355.719</b>	<b>193.329</b>	<b>102.230</b>	<b>295.559</b>
Fornecedores		819	-	819	1.024	-	1.024
Debêntures		22.191	-	22.191	22.397	-	22.397
Impostos e contribuições a recolher		1.471	-	1.471	1.151	-	1.151
Pis e Cofins diferidos	iii	-	1.151	1.151	-	1.110	1.110
Dividendos a pagar		14.785	-	14.785	19.302	-	19.302
Encargos setoriais		788	-	788	1.218	-	1.218
Outros passivos		230	-	230	-	-	-
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>40.284</b>	<b>1.151</b>	<b>41.435</b>	<b>45.092</b>	<b>1.110</b>	<b>46.202</b>
Debêntures		231.680	-	231.680	56.000	-	56.000
Pis e Cofins diferidos	iii	-	6.580	6.580	-	6.720	6.720
Imposto de renda e contribuição social diferidos	iii	-	23.962	23.962	-	24.013	24.013
Outros passivos		2.022	-	2.022	349	-	349
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>233.702</b>	<b>30.542</b>	<b>264.244</b>	<b>56.349</b>	<b>30.732</b>	<b>87.082</b>
<b>Total dos passivos</b>		<b>273.986</b>	<b>31.694</b>	<b>305.680</b>	<b>101.441</b>	<b>31.844</b>	<b>133.284</b>
Capital social		20.000	-	20.000	76.281	-	76.281
Reserva de lucros		(10.626)	40.666	30.040	45.327	40.667	85.994
Prejuízos acumulados		(34.322)	34.322	-	(29.720)	29.720	-
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(24.948)</b>	<b>74.988</b>	<b>50.040</b>	<b>91.888</b>	<b>70.387</b>	<b>162.275</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>249.037</b>	<b>106.681</b>	<b>355.719</b>	<b>193.329</b>	<b>102.230</b>	<b>295.559</b>

(b) Demonstração do resultado

	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Disponibilização do sistema de transmissão		61.254	61.254	-	59.663	59.663	-
Remuneração do ativo de contrato		-	(44.527)	44.527	-	(45.043)	45.043
Receita de operação e manutenção do ativo de contrato		-	(15.905)	15.905	-	(15.338)	15.338
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>iv</b>	<b>61.254</b>	<b>821</b>	<b>60.432</b>	<b>59.663</b>	<b>(718)</b>	<b>60.381</b>
PIS e COFINS	iii	(2.280)	(99)	(2.181)	(2.120)	28	(2.148)
Encargos regulatórios		(2.339)	-	(2.339)	(2.239)	-	(2.239)
<b>Deduções da receita bruta</b>		<b>(4.619)</b>	<b>(99)</b>	<b>(4.520)</b>	<b>(4.359)</b>	<b>28</b>	<b>(4.387)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>56.635</b>	<b>721</b>	<b>55.912</b>	<b>55.304</b>	<b>(690)</b>	<b>55.994</b>
Material		(56)	-	(56)	(1)	-	(1)
Serviços de terceiros	viii	(3.857)	822	(4.679)	(3.442)	14	(3.456)
Depreciação	ii	(6.096)	(6.096)	-	(5.704)	(5.704)	-
Outros		(860)	-	(860)	(224)	-	(224)
<b>Custos operacionais</b>		<b>(10.869)</b>	<b>(5.274)</b>	<b>(5.595)</b>	<b>(9.372)</b>	<b>(5.691)</b>	<b>(3.682)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>45.766</b>	<b>(4.553)</b>	<b>50.317</b>	<b>45.932</b>	<b>(6.381)</b>	<b>52.312</b>
Pessoal		(10)	-	(10)	-	-	-
Serviços de terceiros		(1.017)	-	(1.017)	(467)	-	(467)
Outros		(210)	-	(210)	(120)	-	(120)
<b>Despesas operacionais</b>		<b>(1.237)</b>	<b>-</b>	<b>(1.237)</b>	<b>(587)</b>	<b>-</b>	<b>(587)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>44.528</b>	<b>(4.553)</b>	<b>49.080</b>	<b>45.344</b>	<b>(6.382)</b>	<b>51.726</b>
Receitas financeiras		4.208	-	4.208	1.305	-	1.305
Despesas financeiras		(20.929)	-	(20.929)	(11.186)	-	(11.186)
<b>Resultado financeiro</b>		<b>(16.721)</b>	<b>-</b>	<b>(16.721)</b>	<b>(9.881)</b>	<b>-</b>	<b>(9.881)</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>27.807</b>	<b>(4.553)</b>	<b>32.360</b>	<b>35.463</b>	<b>(6.382)</b>	<b>41.845</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes		(2.840)	-	(2.840)	(2.208)	-	(2.208)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	iii	-	(51)	51	-	74	(74)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(2.840)</b>	<b>(51)</b>	<b>(2.789)</b>	<b>(2.208)</b>	<b>74</b>	<b>(2.283)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>vi</b>	<b>24.968</b>	<b>(4.604)</b>	<b>29.569</b>	<b>33.255</b>	<b>(6.306)</b>	<b>39.562</b>



A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

**i. Ativo de contrato**

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da adoção do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da adoção desta interpretação.

**ii. Imobilizado e Intangível**

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da adoção do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

**iii. PIS e COFINS diferidos e imposto de renda e contribuição social diferidos**

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da adoção do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

**iv. Receita operacional bruta**

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de remuneração do ativo de contrato, operação e manutenção e ganho na RAP, decorrentes da adoção do CPC 47.

#### v. Patrimônio líquido

	2021	2020
Patrimônio líquido societário	50.040	162.275
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
- Ativo de contrato	(220.238)	(220.706)
- Imobilizado e intangível	113.557	118.476
- PIS e COFINS diferidos	7.731	7.830
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.962	24.013
Patrimônio líquido regulatório	(24.948)	91.888

#### vi. Lucro líquido do exercício

	2021	2020
Prejuízo (lucro) líquido societário	29.569	39.562
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
- Receita bruta	821	(718)
- PIS e COFINS diferidos	(99)	28
- Serviços de terceiros	822	14
- Depreciação	(6.096)	(5.704)
- Imposto de renda e contribuição social diferidos	(51)	74
Prejuízo (lucro) líquido regulatório	24.968	33.255

#### vii. Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Conforme estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, os valores de dividendos e da reserva legal deverão ser calculados sobre o resultado societário. Dessa forma as movimentações e destinações do patrimônio foram realizadas tomando como base o resultado societário.

#### viii. Serviços de Terceiros

Referem-se a adições do imobilizado, que para fins societários são consideradas no resultado do exercício.

## 28 Evento subsequente

### (a) Pagamento de debêntures

Em 17 de janeiro de 2022 a Companhia efetuou o 1º (primeiro) pagamento de principal e juros da 2ª emissão das debêntures no valor de R\$ 6.936 e R\$ 10.229, respectivamente.

\*\*\*

Francisco Antolin Chica Padilla  
Diretor

Bruno Marcell S. M. Melo  
Contador  
CRC-RJ 111193/O-8